



Número: **0800603-27.2020.8.15.0881**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de São Bento**

Última distribuição : **02/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 5.400,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS (AUTOR)		JAQUES RAMOS WANDERLEY (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
31207874	02/06/2020 15:53	Petição Inicial	Petição Inicial
31207879	02/06/2020 15:53	1 PROCURACAO, ISENCAO E HIPOSSUFICIENCIA	Procuração
31207880	02/06/2020 15:53	2 DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Comprovação
31207882	02/06/2020 15:53	3 COMPROVANTE DE RESIDENCIA	Documento de Comprovação
31207883	02/06/2020 15:53	4 PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	Documento de Comprovação
31207885	02/06/2020 15:53	5 DUT MOTO	Documento de Comprovação
31207886	02/06/2020 15:53	6 B.O CIVIL	Documento de Comprovação
31207887	02/06/2020 15:53	7 FICHAS HOSPITALAR E PRONTUARIO CIRURGICO	Documento de Comprovação
31240847	04/06/2020 14:44	Despacho	Despacho
31324322	05/06/2020 16:53	Expediente	Expediente
32124792	07/07/2020 15:00	Juntada documentos comprova hipossuficiencia	Petição
32125051	07/07/2020 15:00	Depedentes e BOLSA FAMÍLIA (1)	Outros Documentos
32125052	07/07/2020 15:00	Extratos bancários	Documento de Comprovação
32125053	07/07/2020 15:00	GuiaCustas	Outros Documentos
34746971	25/09/2020 09:53	Certidão	Certidão
34749643	25/09/2020 21:58	Decisão	Decisão
35914015	26/10/2020 15:26	Expediente	Expediente
35914016	26/10/2020 15:26	Expediente	Expediente

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUÍZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE SÃO BENTO – PB.**

ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob o nº. 018.095.854-22 e no RG sob o nº. 003.260.423 SESPDS/RN, residente e domiciliado à Rua Projetada, s/n, Centro, Paulista -PB, por meio de seu procurador e advogado que esta subscreve, Dr. Jaques Ramos Wanderley, OAB/PB 11.984, com endereço no rodapé, vem, perante Vossa Excelência, ajuizar a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA
DO SEGURO DPVAT**

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, situada a Rua Senador Dantas, 76, 3º andar, CEP: 20.031-201, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos fatos e motivos que passa a aduzir:

1. DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Cumpre salientar que o Requerente não possui condições financeiras de arcar com custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo ao seu próprio sustento e de sua família, por se tratar de simples agricultor, não auferindo renda fixa, e do que ganha só dá para pagar as despesas mais básicas.



Conforme declaração de pobreza e isenção de imposto de renda, o autor declara ser pobre na forma da lei e requer os benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 95 do Código de Processo Civil de 2015.

2. DOS FATOS

O promovente foi vítima de acidente de trânsito no dia 02 de dezembro de 2019, conforme boletim de ocorrência, em anexo.

Do malsinado acidente, o Promovente sofreu grave **FRATURA NO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO**, tendo sofrido fratura de úmero esquerdo, conforme exames e documentos médicos anexos à Exordial.

Tendo o mesmo sido submetido à **procedimento médico**, e, mesmo após os tratamentos realizados, permanece impossibilitado de praticar suas atividades diárias, em detrimento DAS FORTES DORES SOFRIDAS, PERDA DA FORÇA, CANSAÇO, BLOQUEIO, RIGIDEZ E ESQUECIMENTO DAS ARTICULAÇÕES E TENDÕES DO BRAÇO ESQUERDO, O QUE TEM LHE CAUSADO DIFICULDADE PARA APREENDER, MANUSEAR E SUSTENTAR OBJETOS COM A REFERIDA MÃO, ALÉM DE LIMITAÇÃO NA AMPLITUDE DE SEU MOVIMENTO E DIFICULDADE PARA EXECUÇÃO DE EXERCÍCIOS FÍSICOS QUE EXIJAM FORÇA.

Logo, conforme Laudo Médico acostado aos autos, o Promovente sofreu lesões de caráter grave e ainda apresenta sequelas, fazendo **jus à duas indenizações em seu “grau médio – 75%”**, que corresponde à importância de **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, conforme estabelece a Lei 6.194/74 cominada com a TABELA da SUSEP em anexo.

Diante os fatos, **requereu administrativamente** a empresa demandada o pagamento da indenização do seguro Obrigatório DPVAT (**SINISTRO: 3200137682**), referente à invalidez permanente constante no Laudo Médico e demais documentos médicos em anexo.

Acontece Excelência, que a seguradora pagou uma indenização bem aquém do devido, pagando-lhe, no dia 23 de março de 2020, apenas a importância de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devendo, assim, ser condenada a complementar o pagamento, com a importância de **R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**, os quais devem ser acrescidos de juros e correção monetária.

3. DO DIREITO



I - REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA

A matéria encontra-se regulamentada pela lei 6.194/74, que determina o pagamento de indenização máxima no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) aos beneficiários das vítimas de acidentes de trânsito, em caso de invalidez intensa de um dos membros, consoante se depreende, da leitura do caput do art. 3º, e inciso II, alterada pela LEI 11.482/07, in verbis:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

Todavia, as seguradoras não cumpriram sequer com os normativos da CNSP, pois não estabeleceu índices percentuais correspondente a debilidade que ficou sujeito o promovente.

Desta forma, aplicando-se os limites estabelecidos pela lei, bem como usando a própria TABELA DA CNSP, percebe-se que a indenização foi paga em valores inferiores aos realmente devidos, merecendo pois ser feita justiça, condenando-se a empresa promovida ao pagamento do valor devido.

As seguradoras não vêm cumprindo o que determina a lei, alegando em seu favor RESOLUÇÕES editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, que fixam os valores das indenizações para cada tipo de cobertura.

Outrossim, registre que os documentos anexados, são suficientes a um julgamento meritório, sendo dispensado a apresentação de Laudo do UML.

O entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas recentes ementas do Egrégio TJMG que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - DOCUMENTO DISPENSÁVEL - INÉPCIA NÃO



CONFIGURADA - EXTINÇÃO PREMATURA - SENTENÇA CASSADA. É dispensável a juntada do Laudo do IML ou outro documento médico para instruir a ação de cobrança de seguro DPVAT, uma vez que é possível a comprovação do grau e da extensão das lesões durante a instrução processual. (TJ-MG - AC: 10686140012978001 MG, Relator: Aparecida Grossi, Data de Julgamento: 08/04/2015, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/04/2015).

AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - IRRELEVÂNCIA - INÉPCIA DA INICIAL - NÃO OCORRÊNCIA - RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO - Para a propositura de ação de cobrança do seguro DPVAT não é indispensável a juntada, com a inicial, de laudo do IML, motivo por que não se pode falar em inépcia da inicial, em ação de tal natureza, tão só porque não veio instruída com tal documento.

(TJ-MG - AC: 10024123336687001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 15/05/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/05/2014).

Aliás, tal entendimento não é isolado, senão vejamos:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML. IRRELEVÂNCIA. DOCUMENTAÇÃO QUE ACOMPANHA A PEÇA EXORDIAL É SUFICIENTE PARA AFASTAR A INÉPCIA DA INICIAL. SENTENÇA CASSADA. BAIXA DOS AUTOS À ORIGEM PARA O REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. APELO PROVIDO. (TJPR - 10ª C. Cível - AC - 1257132-5 - Marechal Cândido Rondon - Rel.: Ângela Khury - Unânime - - J. 05.03.2015) (TJ-PR - APL: 12571325 PR 1257132-5 (Acórdão), Relator: Ângela Khury, Data de Julgamento: 05/03/2015, 10ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1556 04/05/2015). (Grifei)

II - DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em casos de Seguro Obrigatório DPVAT, quando se tratar de verba complementar indenizatória, a correção monetária deverá iniciar-se a partir da data do ato ilícito que ensejou prejuízo para a vítima, compreendendo portanto, a data em que a seguradora não adimpliu corretamente ao pagamento em via administrativa, fazendo-o a menor. Deste modo entende o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA em sua Súmula 43 que assim preleciona: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo".



Coadunando com este mesmo entendimento, segue julgado do ilustre Relator José Sebastiao Fagundes Cunha do TJPR - Apelação Cível: AC 4451245 PR 0445124-5:

RECURSO DE APELAÇÃO COBRANÇA. SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA RECEBIDA PARCIALMENTE. QUITAÇÃO DO VALOR PAGO À MENOR. FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO VINCULADA AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. RESOLUÇÃO CNSP. NORMA QUE NÃO PODE SOBREPOR-SE À LEI ORDINÁRIA. HIERARQUIA DAS NORMAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 43 DO STJ. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO ADESIVO COBRANÇA. SEGURO DPVAT. QUITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EFETUADA A MENOR. INCIDÊNCIA DE JUROS DESDE O PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. JUROS. 1% AO MÊS A PARTIR DA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 - (12.01.2003) - E INCIDÊNCIA DE 0,5% ANTES DESTA DATA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. RECURSO ADESIVO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. 1. Restando demonstrado que o valor do seguro obrigatório DPVAT não foi pago em sua integralidade (40 salários mínimos), faz jus a autora ao recebimento da diferença entre o que foi pago e o que deveria sê-lo.

(...)

4. Súmula 43 do STJ: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo". No caso em apreço, verificou-se o ato ilícito contratual da seguradora quando não adimpliu corretamente, em sede administrativa, com a sua obrigação junto aos beneficiários do seguro obrigatório, motivo pelo qual é a partir desta data que a correção monetária deve incidir.

Consoante o exposto, pedimos licença para deixa de discorrer sobre o mérito, para adentrarmos nos pedidos.

4. DOS PEDIDOS

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

a) a citação da Promovida no endereço descrito no pórtico desta, para que no prazo legal em querendo, contestar a presente ação, sob pena de sofrer os efeitos da revelia e confissão;



b) seja a ação julgada procedente, para condenar a Promovida ao pagamento de **R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**, a título de indenização pelos danos em epígrafe, devidamente acrescidos de juros mora a partir da citação da empresa promovida e correção monetária, a contar da data em que ocorreu o acidente (02/12/2019);

c) a inversão do ônus da prova, nos precisos termos do art. 6º, VIII do CODECOM;

d) seja concedido os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, assegurados pelos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, tendo em vista não poder arcar com as despesas processuais por insuficiência de recursos.

e) a condenação da empresa promovida nas custas processuais, honorários advocatícios no valor de 20% e demais emolumentos legais.

Requer que **seja dispensada a designação da audiência de conciliação**, nos termos do art. 319, VII c/c art. 334, §4º, I do Novo Código de Processo Civil, tendo em vista a prática de atitudes reiteradas da Promovida em não demonstrar interesse na realização da COMPOSIÇÃO CONSENSUAL.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, além dos documentos que seguem em anexo, bem como REQUER, desde já, a produção de prova pericial, com a juntada dos quesitos.

Dar-se à causa para os devidos fins fiscais, o valor de **R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**.

Termos em que,

Pede deferimento.

Pombal – PB, 02 de junho de 2020.

Dr. JAQUES RAMOS WANDERLEY



- OAB/PB 11.984 –

Dr. GUSTAVO RAMOS WANDERLEY

- OAB/PB 27.708 -



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE:	ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS , BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGRICULTOR, COM RG: 003.260.423 SESPDS/RN E CPF: 018.095.854-22J, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA PROJETADA, S/N, CENTRO, PAULISTA – PB.
OUTORGADO:	<u>Dr. JAQUES RAMOS WANDERLEY</u> , brasileiro, casado, advogado OAB/PB 11.984, RG 2428326 SSP/PB, CPF nº 032.976.134-08; <u>Dr.ª MAYARA QUEIROGA WANDERLEY</u> , brasileira, casada, advogada, OAB/PB nº 18.791, RG 3141039, SSP/PB, CPF nº 059.842.772-09, ambos com escritório profissional a rua Francisco Almeida, nº 219, centro CEP: 58.840-000, Pombal – PB. Tele-fax: (83) 3431-1825 / Cel. (83) 9 9974-6390 (TIM) e (83) 9 8164-0979 (VIVO)

PODERES:

Pelo presente instrumento de mandato, o(a) outorgante acima qualificado(a), nomeia e constitui o outorgado seu bastante procurador, com os mais amplos poderes, inclusive os gerais para o foro, representá-lo em juízo ou fora dele, de acordo com o estatuto da Advocacia – Lei 8.906/94, bem como perante qualquer repartição pública Federal, Estadual ou Municipal podendo dito procurador, com vistas ao cabal desempenho deste mandato, tudo requerer e praticar, patrocinar a defesa dos interesses do(a) outorgante como autor(a) ré(u), oponente, assistente, ou de qualquer forma interessada, usar dos poderes contidos na cláusula “*ad judicium*”, mais os **poderes especiais** de receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, acordar, discordar, arguir suspeições, excepcionar, prestar caução, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica (em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15) e finalmente praticar todo e qualquer ato que se faça necessário ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, dando tudo por firme e valioso.

Os poderes específicos acima outorgados poderão ser substabelecidos.

POMBAL - PB, 15/ 02/ 2020.


Outorgante



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS, BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGRICULTOR, COM RG: 003.260.423 SESPDS/RN E CPF: 018.095.854-22, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA PROJETADA, S/N, CENTRO, PAULISTA – PB, CEP: 58.860-000, declara sob as penas da lei, que não pode arcar com despesas processuais por insuficiência de recursos, pelo que, nos termos assegurados pelos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça.

Declaro, ainda, ser conhecedor das sanções civis, administrativas e criminais, caso o presente documento não porte a verdade.

Pombal-PB, 15 de FEVEREIRO de 2020.

Robson Oliveira dos Santos
DECLARANTE



DECLARAÇÃO DE ISENTO DE IMPOSTO DE RENDA

ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS, BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGRICULTOR, COM RG: 003.260.423 SESPDS/RN E CPF: 018.095.854-22, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA PROJETADA, S/N, CENTRO, PAULISTA – PB, CEP: 58.860-000 em conformidade com a Lei nº 7.115/1983¹, declaro que sou isenta da obrigação de declarar o imposto de renda devido ao fato de não me enquadrar nas condições especificadas pela Receita Federal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Pombal - PB, 15 de FEVEREIRO de 2020.

Robson Oliveira dos Santos

¹ Com a edição da Instrução Normativa RFB nº 864/2008, de 25 de julho de 2008, deixou de existir a Declaração Anual de Isento, a partir do ano de 2008. A isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado, conforme previsto na Lei 7.115/83.







Ligação MONOFÁSICA
Cis/Sbc RES MLC H1/HF-NDHETRA BAF-087HS
Rótulo 11-242 730-7529 Referência Fes-203
Medição 000000000000 Emissores L-03/203

ENFERMAGEM PARA DISTRIÇÃO DE ENERGIA S/A
 B-20 km 5 - Estrada Rendas - João Pessoa/PB - CEP 55071-680
 (Nº 14444) - (21) 3331-4111 - Fax: (21) 3331-4111

Telefone: 011 5082-8000 Fax: 011 5082-8001
Cód. para Deb. Automático: 00018409672

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPE/ CNPJ/ RANI
Fev / 2020	17/02/2020	18/03/2020	114.817.874-03

UC (Unidade Consumidora): 5/1840967-2

Canal de contato

- Tania Societate de Energia Electrica - TSEE: foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
17/01/20	249,2	17/02/20	256,3	1	71	31

Demonstrativo										
CGI	Descrição	Quantidade	Taxa de Inflação (%)	Valor Base Calc. Fatores (%)	Alug. KMS	Item (%)	Base Calc. Pass. sobre (%)	Pis/Ptr (%)	Cobrança (%)	RSF (%)
0001	Consumo de Serviços-BR	30,1800	0,181283	5,75	0,00	0	0,00	5,75	0,05	0,25
0001	Consumo - II a 100MM-BR	41,1800	0,236481	11,40	0,00	0	0,00	13,48	0,12	0,58
0001	Adic. B. Amarela			0,21	0,00	0	0,00	0,21	0,00	0,01
0010	Subsídio			19,90	0,00	0	0,00	19,90	0,18	0,86
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0004	JUROS DE MORA 12/2018			0,38	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0005	MULTA 12/2018			0,85	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0005	ATUALIZAÇ. AL. MONETARIA 12/2018			0,11	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0006	Provisão Subsídio			19,88	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI Código de Classificação do Item	FCI (%)	21,63	0,00	0,00	39,34	0,36	1,70
-------------------------------------	---------	-------	------	------	-------	------	------

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
21	26/02/2020	R\$ 21,63

Histórico de Consumo (kWh)

52	22	10	29	33	48	115	138	103	102	81	90
Feb/19	Mar/19	Apr/19	May/19	Jun/19	Jul/19	Aug/19	Sep/19	Oct/19	Nov/19	Dec/19	Jan/20

RESERVADO AO FISCO

2861_b495_5c36_d46f_8cc9_c387_acbe_bbdd

Indicadores de Qualidade 12/2019 - Paulista

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	
DIC MENSAL	11,74	0,00		
DIC TRIMESTRAL	23,48		NOMINAL	220
DIC ANUAL	46,96			
FIC MENSAL	7,87			
FIC TRIMESTRAL	15,34		CONTRATADA	302
FIC ANUAL	30,69		LIMITE INFERIOR	231
DMAC	8,49	0,00	LIMITE SUPERIOR	
QICRI	16,90			

Discriminacao	Valor (R\$)	%
Serviços de Util. da Energia PB	7,23	33,43
Compra de Energia	9,52	41,70
Serviço de Transmissão	1,08	4,89
Energias Sotensas	1,09	5,04
Impostos Diretos e Encargos	3,21	14,84
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	21,63	100,00

Valor do EURUSD (Ref: 12/2019) R\$ 12,00

ATENÇÃO

REAVISO DE VÉRIFICAÇÃO: Caso a(s) data(s) e/ou a(s) relação(es) permanec(er)em inalterada(s), o fornecedor poderá ser suspenso a partir de 03/03/2020. Conforme previsto, a L14 da ABIES O pagamento, após a data não elimina a possibilidade de cancelamento da proposta, pois a mesma não é vinculada pelo seu conteúdo, além do fato de que a suspensão não impede a realização de uma nova contratação. Caso a(s) tenha(m) efetuado o pagamento da(s) data(s) acima, desconsidera-se esta transação. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplência. Sua unidade foi afetada a uma Base Fielidade, levando em conta o valor de R\$19,86.

Faturas em atraso

Jan/20	27.60
--------	-------

BANCO DO BRASIL Pagar preferencialmente no Banco do Brasil

00190.00009 02624.912008 12262.690170 4 81770000002163

PAGADOR MARIA GERDANE DOS SANTOS PEREIRA - CPF 114.817.874-03
RUA PROJETAIA, S/N - CENTRO - PALMISTA/PB CEP 58960-000

Nosso Nr 26249120012262690	Nr Documento 001840967702002	Data de Vencimento 28/02/2020	Valor do Documento R\$ 21,63	Valor Pago
-------------------------------	---------------------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------

BENEFICIÁRIO ENERGIA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A CNPJ: CNPJ 08.095.183/0001-40
Br 230, fim 26 - Centro Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-680

Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2447-3



13/04/2020

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo



(1)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPrensaTRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados e o parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3200137682 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO JG TORRESEG CORRETORA DE SEGUROS LTDA

BENEFICIÁRIO ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS


CPF/CNPJ: 01809585422

Posição em 13-04-2020 08:32:08

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será realizado. Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
14/04/2020	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
04/04/2020	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/q4sEgsmeXoEvxgF3kkKFhw==/api_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75rIIg+bVpagFO2CEm4n1eDM=)







BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 177/2020

Natureza da ocorrência: **Acidente de trânsito**
Data do fato: **02/12/2019** hora: **15hs e 30min**

Notificante: **Robson Oliveira dos Santos**, alcunha "********",
Nacionalidade: **brasileira**, naturalidade: **Paulista-PB**, nascido em
16/07/1990, documento: **ID 003.260.423 SSP-RN**, filho(a) de **Geraldo
Rodrigues dos Santos** e de **Maria Lucia de Oliveira Santos**, endereço:
Rua Projetada, sn, Corrego da Areia, Paulista-PB, referência: tel.
(83) 9662-8018.

Sob a responsabilidade do(a) Bel^a: **Leonardo Araújo Nunes**

Vítima: ********, alcunha "********", Nacionalidade: *******, naturalidade:
*******, idade: ***** *****, nascido em *****/**/******, cor/raça: *********,
Estado Civil: *********, Profissão: *******, Escolaridade: *********,
documento: ********, filiação: ******* e de ********, endereço: ******* *****,
referência: ******. Tel/Cel: **(****) ******;

HISTORICO DO FATO

O(a) notificante, após cientificado(a) das penalidades cominadas
ao Art. 299 do CPB, declarou o SEGUINTE: Que na rodovia PB 293, na
altura do sítio André, Paulista-PB, conduzia a motocicleta Honda
Titan 125, prata, chassi 9C2JC30201R031787, placa MQQ3713/PB,
licenciado em nome de Geraldo Rodrigues dos Santos, no momento que
ao cair em um buraco que existia na pista de rolamento,
desequilíbrio e caiu ao solo, tendo ficado lesionado fisicamente
em decorrência deste acidente; Que foi atendido no Hospital
Municipal Emerentina Dantas, em Paulista-PB. Nada mais a consignar.

São Bento-PB, 19 de fevereiro de 2020. Às 10:01 horas.

Robson Oliveira Santos

☒ Notificante

☐ Testemunha Arrogada

Assinatura do Policial responsável pelo atendimento
Tiago de Sá Vieira de Melo
Tiago de Sá Vieira de Melo
Matrícula: 168.367-5

PODERAR DIREITO
Polícia Civil

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL
18ª DSPC
SÃO BENTO





HOSPITAL E MATERNIDADE EMERENTINA DANTAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PAULISTA - PB
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CNES: 2613530 CNPJ: 08.945.727/0001-53 Folia Número: 75602

NOME: HOSPITAL MUNICIPAL EMERENTINA DANTAS

ENDEREÇO: VIGORINO CALIXTO, SN 58.860-000

CIDADE: PAULISTA ESTADO: PARAÍBA

UF: 25

Atendimento: CONSULTA

Paciente: ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS

Mae: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA SANTOS

Nascimento: 16/07/1990 Idade: 29 Cor: PARDA

Sexo: M

Profissão: AGRICULTOR(A)

Endereço: RUA PROLETARIA

Bairro: CENTRO

Cidade: PAULISTA - PB - 58860-000 - 2510937

CNS: 160-8187-3035-0004

CPF:

Data / Hora: 02/12/2019 16:55:04

Identidade: 003260423

Reg. Nasc.: 003260423

Recepção: A RICA GABRIELLA

7407

MOTIVO DO ATENDIMENTO E DESCRIÇÃO DO EXAME

Lesão na região de articulação do membro superior direito, em estado de consolidação. Presença de dor e inchaço.

DIAGNOSTICO

Fratura de humero esquerdo.

Cid.

Caracterização Atendimento

NATUREZA DA CONSULTA

TIPO DE ATENDIMENTO

☐ Consulta simples
☐ Consulta com medicamento
☐ Consulta com observação
☐ Consulta ortopédica

☐ Urgência/Emergência (com Proc.)
☐ Primeira consulta
☐ Consulta Subsequente
☐ Urg/Emerg. c/ referência p/ outra unidade
☐ Consulta c/ referência p/ outra unidade

INDICAÇÃO

☐ Prescrita
☐ Aplicada

ENCAMINHAMENTO

☐ P/ Observação
☐ P/ Residência
☐ P/ Amb. SUS

☐ P/ outro Hospital
☐ Internação
☐ Outros

Serviços Realizados

CBO

IDADE

REALIZADOS NA UNIDADE

Serviços Auxiliares - Diag. / Terapia

SOLICITADOS

R-X de humero e. membro superior.

MATERIAIS E MEDICAMENTOS

HORARIO

1. -
2. -
3. -
4. -
5. -
6. -
7. -

Assinatura do(s) Profissional(is) Assistente(s) - Carimbo

Assinatura do Paciente e Acompanhante ou Responsável

Assinatura do Paciente e Acompanhante ou Responsável

Assinatura do Revisor Técnico - Carimbo

Assinatura do Revisor Administrativo - Carimbo

PARA SUPLENÇÃO DE AS FÓRMULAS
DE INFORMAÇÃO HOSPITALAR

Hospital: Hospital de São José
 Nome do Paciente: Roberto José da Silva Santos
 Data de Nascimento: 16/06/87
 Sexo: M
 Idade: 33 anos
 Raza/Cor: 02
 Nome da Mãe: Maria da Silva Santos
 Data de Nascimento da Mãe: 11/01/50
 Nome do Pai: João da Silva Santos
 Data de Nascimento do Pai: 25/10/90
 Endereço: Rua... nº...
 Cidade: São Paulo - SP
 Estado: SP
 CEP: 05886-000

Nome do Médico: Dr. Francisco de Assis Almeida
 CRM: 2480
 Data de Assinatura: 13/02/19

Principais Sintomas e Sinais Clínicos:
 Dor no lado esquerdo do abdômen e náusea.

Condições que Justificam a Internação:
 Tratamento cirúrgico.

Principais Resultados de Exames Diagnósticos e Resultados de Exames de Tratamento:
 Exames de imagem: sem alterações.

Diagnóstico Clínico:
 Dor abdominal esquerda.

Exatidão da Prescrição e Sinais de Vida:
 Sinais vitais: estáveis.

Assinatura do Profissional Responsável:
 Daniel B. Cavalcante
 CRM: 9248
 Data: 13/02/19

Assinatura do Profissional Responsável:
 Data: 13/02/19

Assinatura do Profissional Responsável:
 Data: 13/02/19





HOSPITAL REGIONAL DE SOUSA

Estado da Paraíba

HOSPITAL REGIONAL DE SOUSA DE MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome: Felipe Oliveira

Idade:

Cor:

Enfermaria:

69

Leito: 07

Categoria:

DATA

PRESCRIÇÃO MÉDICA

HORÁRIO

RELATÓRIO

19/12/19

① *Adiantum*

~~#~~ Wagner
Wm. A. D. S. O.

It has

Handwritten: *Handwritten text, possibly "Handwritten" or "Handwritten"*

At public place

Debtors
Reported to
CRS - 0368

Grafica Bontà Firenze



Hospital		HRS	
Nome do Paciente			Nº Prontuário
Robson Almeida dos Santos			135456
Data Operação	Enf.	Leito	
13/12/19			
Operador	1.º Auxiliar		
Daniel Braga	Rafael		
2.º Auxiliar	3.º Auxiliar		Instrumentador
Anestesista	Tipo de Anestesia		
Isaías Guedes			
Diagnóstico Pré-Operatório			
Ent. vena proximal @			
Tipo de Operação			
REED			
Diagnóstico Pós Operatório			
Relatório Imediato do Patologista			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Operação			

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras

- Puncto em DDH
- Anestesia e anti-sépsis
- Aposição de ligamento
- Redução imediata + fixação proximal com 3 FK e 5m
- multipilar. reb red'estapio
- Ligamento
- Curativos

Dr. Daniel B. Cavalcante
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PR 9248





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE SÃO BENTO**

*Fórum Gov. João Agripino Filho
Praça Álvaro Dias, 65, Centro, São Bento - PB.
CEP 58.865-000 Tel.: (0**)83 3444-1225*

[Seguro]

PROCESSO Nº 0800603-27.2020.8.15.0881

AUTOR: ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Cuida-se de pedido de concessão de assistência judiciária gratuita formulado pela parte autora, ao argumento de que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários sem prejuízo próprio e de sua família.

O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.

A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que pode ser afastada diante de outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira.

A propósito do tema, eis a orientação do STJ, firmada já sob a égide do CPC/2015:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, FORMULADO PELA UNIÃO, CONTRA PENSIONISTA DE SERVIDOR PÚBLICO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. REQUERIMENTO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO, NA ORIGEM, COM BASE NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS. REEXAME, NESTA CORTE. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I. (...). II. Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento, interposto por pensionista de servidor público federal, contra decisão que - nos autos de Cumprimento de Sentença, formulado contra a UNIÃO - indeferira a concessão dos benefícios da assistência judiciária à ora agravante, já na vigência do CPC/2015, ao entendimento de que "a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência não é absoluta, devendo ser sopesada com as demais provas existentes nos autos, podendo o juiz exigir a comprovação da situação de miserabilidade para analisar o pleito de



assistência judiciária gratuita". III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida. IV. Ainda sob a égide do CPC/73, "este Superior Tribunal posiciona-se no sentido de que a declaração de pobreza, com o intuito de obtenção dos benefícios da justiça gratuita, goza de presunção relativa, admitindo-se prova em contrário (AgRg no AREsp 259.304/PR, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 31/05/2013)" (STJ, AgInt no AREsp 870.424/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 08/06/2016). V. Na forma da jurisprudência do STJ, "o magistrado pode indeferir ou revogar o benefício, havendo fundadas razões acerca da condição econômico-financeira da parte ou, ainda, determinar que esta comprove tal condição, haja vista a declaração de hipossuficiência de rendas deter presunção relativa de veracidade, admitindo prova em sentido contrário" (STJ, AgRg no AREsp 363.687/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/07/2015). VI. Outrossim, "embora seja certo que o Novo CPC estabelece, em seu art. 99, que o pedido de reconhecimento do direito personalíssimo à gratuidade de justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso - estabelecendo uma presunção de veracidade e de boa-fé por parte do requerente -, acolhe, no parágrafo 2º, a jurisprudência consolidada do STJ, no sentido de que o juiz pode indeferir a benesse, de ofício, contanto que, antes de indeferir o pedido, propicie à parte requerente a comprovação do preenchimento dos pressupostos legais. Ademais, o CPC/2015 não revogou o art. 5º, caput, da Lei 1.060/1950, que prevê que o juiz deve indeferir, de ofício, o pedido de gratuidade justiça, caso tenha fundadas razões" (STJ, REsp 1.584.130/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 17/08/2016). VII. Tendo o Tribunal de origem, soberano na apreciação de fatos e provas, mantido a decisão de 1º Grau, que indeferira o pedido de assistência judiciária, haja vista que as provas e circunstâncias da causa são incompatíveis com a alegada necessidade do benefício, revela-se inviável o reexame de tal conclusão, ante o óbice contido na Súmula 7/STJ. A propósito: STJ, AgInt no AREsp 871.303/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 21/06/2016. VIII. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1104835/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 09/03/2018)

Ademais, verifica-se que a parte requerente pleiteia a gratuidade sem sequer indicar o valor das despesas e das custas. Somente com a apuração do valor é que se saberá se há ou não capacidade para o pagamento sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Saliente-se que é possível simular a importância a ser recolhida por meio de ferramenta disponibilizada por esta Corte em seu sítio eletrônico.

É importante ressaltar, por fim, que o art. 98, § 5º, autoriza o deferimento da gratuidade de forma parcial, o que, também, dependerá da demonstração da situação econômica da parte autora.

ANTE O EXPOSTO, com fundamento no § 2º do art. 99 do CPC:

1 – determino a intimação da parte que requer a gratuidade para, em quinze dias e sob pena de indeferimento do benefício, apresentar documentos capazes de comprovar sua hipossuficiência.

2 – Deverá a parte, necessariamente, apresentar simulação do valor das custas e das despesas, que pode ser realizada a partir do seguinte endereço eletrônico: <<https://app.tjpb.jus.br/custasonline/paginas/custas/previas/custasprevias.jsf>>.



3 – Sem prejuízo de outros documentos que reputar convenientes, a parte poderá demonstrar sua hipossuficiência econômica por meio dos seguintes documentos:

a. cópia dos extratos bancários de contas de titularidade da parte autora dos últimos três meses e de eventual cônjuge;

b. cópia dos extratos de cartão de crédito da parte autora dos últimos três meses e de eventual cônjuge;

c. cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge;

d. cópia da última declaração do imposto de renda da parte autora apresentada à Secretaria da Receita Federal;

e. cópia dos balancetes dos últimos três meses da parte autora, caso seja pessoa jurídica;

f. cópia da inscrição como trabalhador rural junto ao sindicato correspondente, caso se autodeclare agricultor.

4 – A parte poderá, ainda, no mesmo prazo, recolher as custas judiciais e despesas processuais.

Intime-se. Após o decurso do prazo assinalado, com ou sem a justificação, certifique a serventia o fato e retornem os autos conclusos para decisão.

Nos termos do Art. 108 do Código de Normas Judicial, da Douta Corregedoria de Justiça da Paraíba, confiro a esta decisão força de mandado/ofício para as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

Providências necessárias. Cumpra-se.

São Bento - PB, na data da assinatura eletrônica.

JOSÉ NORMANDO FERNANDES

Juiz de Direito em substituição

Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, da Lei 11.419/2006.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE SÃO BENTO
Fórum Gov. João Agripino Filho
Rua Álvaro Silva, 65, Centro, São Bento-PB
CEP 58.865-000 Tel.: (83) 3444-1225

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[Seguro]

Processo nº 0800603-27.2020.8.15.0881

AUTOR: ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Vara Única, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS, por seu representante legal, devidamente INTIMADO(A)(S) da despacho de ID. 31240847.

São Bento-PB, 5 de junho de 2020.

JAMILLY BELIZA BEZERRA FERNANDES
Técnica Judiciária



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SÃO BENTO, PARAÍBA

Processo nº: 0800603-27.2020.8.15.0881

ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS, já qualificado nos autos do presente processo, vem, por meio do seu bastante advogado, em atenção ao despacho dos autos, **EXPOR** e **REQUERER** o que segue.

O Magistrado determinou por despacho a juntada de vasta lista de documentos com o objetivo de comprovar a pobreza do autor, tendo em vista o requerimento de gratuidade da justiça.

Por meio da presente petição o autor **INFORMA** que a declaração de pobreza, bem como, a declaração de informando que o Autor não declara renda, encontram-se anexadas nos autos no id nº 31207879/ FLS. 03/04.

Com relação ao último comprovante de rendimento / trabalho, **INFORMA** que não possui CTPS uma vez que o Promovente vive da agricultura familiar, bem como, sua companheira é beneficiária do bolsa família, o qual utiliza para manutenção da sua casa, bem como, de seus dois filhos, conforme consta em certidões de nascimento em anexo.

Informa, que a sua única renda fixa que a Promovente tem, advém de um benefício do governo, qual seja, o bolsa família, como faz prova nos autos, através da juntada do cartão. Renda esta que serve para sua manutenção

Com relação aos extratos bancários dos últimos três meses, ora solicitados, **REQUER**, juntada dos mesmos, demonstrando assim, que não há movimentação com valores significativos na conta bancária do Promovente.

Informa que não possuiu cartão de crédito, razão pela qual, não faz juntada das suas faturas.

REQUER, por fim, a juntada da guia de custas judiciais, no valor total de R\$ 600,15 (seiscentos reais e quinze centavos).

Assim, pugna pelo deferimento integral dos benefícios da justiça gratuita, tendo em vista que o presente procedimento é de simples resolução, e não importando custas relevantes ao judiciário, além do que o autor é pobre na forma da lei.

Termos em que,

Pede deferimento.

Pombal, Paraíba, 07 de julho de 2020.



Dr. *Jaques Ramos Wanderley*

OAB/PB 11.984

Dr.^a *Thaís Nóbrega de Souza*

OAB/PB 22.419



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL NOME 003.250.351 DATA DE EXPEDIÇÃO 12/08/2010

FILIAÇÃO MARIAS GERDIANE DOS SANTOS PEREIRA

GERALDO DA SILVA PEREIRA
RITA MARIA DOS SANTOS PEREIRA

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

PAULISTA PB 24/05/1994

DOC. ORIGEM CERT. DE NASCIMENTO L-A-26 F-148 RG-27713

CPF POMBAL PB-1 CARTÓRIO

1a. VIA

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Ministério da Fazenda
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
114.817.874-03

Nome
MARIA GERDIANE DOS SANTOS PEREIRA

Nascimento
24/05/1994

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

PROGRAMA
Bolsa Família

MARIA GERDIANE DOS SANTOS PEREIRA
16363160511 03







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Nascimento

NOME:

Cristiano Ronaldo Pereira Oliveira

MATRÍCULA

0714980155 2013 1 00013 003 0012754 51

DATA DE NASCIMENTO(POR EXTENSO) vinte e dois de julho de dois mil e treze DIA 22 MÊS 07 ANO 2013

HORA DE NASCIMENTO 17:40 MUNICIPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Pombal-PB

MUNICIPIO DE REGISTRO/UF Paulista-PB LOCAL DE NASCIMENTO Hospital Regional Senador Ruy Carneiro SEXO masculino

FILIAÇÃO Robson Oliveira dos Santos e Maria Gerdiane dos Santos Pereira

AVÓS
PATERNO(S): Geraldo Rodrigues dos Santos e Maria Lucia de Oliveira Santos ;
MATERNO(S): Geraldo da Silva Pereira e Rita Maria dos Santos Pereira.

GÊMEOS NÃO NOME E MATRÍCULA DO(S) GEMEO(S) NÃO POSSUI

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO) vinte e nove de julho de dois mil e treze (29/07/2013). DNV (DEC. NASC. VIVO) 611854670

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
Registro lavrado em 29/07/2013, no livro A-00013, Nº 12754, folha 3.

NOME DO OFÍCIO
Serviço do Registro Civil Francisco Martins Lopes

OFICIAL REGISTRADOR
Maria Almeida Martins

MUNICIPIO/UF
Paulista-PB

ENDEREÇO
Rua:João Pessoa nº221 Centro Paulista-PB - CEP - 58860000
FONE: (83)3445-1397

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Paulista-PB, 29 de Julho de 2013

Saturnino de Almeida Martins

Saturnino de Almeida Martins
Oficial Substituto

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
FRANCISCO MARTINS LOPES
Maria Almeida Martins
Oficiala
Saturnino de Almeida Martins
Oficial Substituto
Vigilino Calixto Terceiro
2º Substituto
Paulista - Paraíba

CASA DA MOEDA DO BRASIL





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Nascimento

NOME:

Bianka Pereira Oliveira

MATRÍCULA

0714980155 2012 1 00012 247 0012541 94

DATA DO NASCIMENTO(POR EXTENSO) quinze de fevereiro de dois mil doze		DIA 15	MÊS 02	ANO 2012
HORA DE NASCIMENTO 15:00	MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Pombal-PB			
MUNICÍPIO DE REGISTRO/UF Paulista-PB	LOCAL DE NASCIMENTO Hospital Regional Senador Ruy Carneiro		SEXO feminino	

FILIAÇÃO
Robson Oliveira dos Santos e Maria Gerdiane dos Santos Pereira

AVÓS
PATERNO(S): Geraldo Rodrigues dos Santos e Maria Lucia de Oliveira Santos ;
MATERNO(S): Geraldo da Silva Pereira e Rita Maria dos Santos Pereira.

GÊMEOS
NÃO
NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)
NÃO POSSUI

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO)
vinte e três de fevereiro de dois mil doze (23/02/2012).

DNV (DEC. NASC. VIVO)
571107496

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
Registro lavrado em 23/02/2012, no livro A-00012, Nº 12541, folha 247-V.

SERVIÇOS NOTARIAL E REGISTRAL
FRANCISCO MARTINS LOPES
Maria Almeida Martins
Oficiala
Saturnino de Almeida Martins
Oficial Substituto
Paulista - Paraíba

NOME DO OFÍCIO
Serviço do Registro Civil Francisco Martins Lopes

OFICIAL REGISTRADOR
Maria Almeida Martins

MUNICÍPIO/UF
Paulista-PB

ENDEREÇO
Rua João Pessoa nº221 Centro Paulista-PB - CEP - 58860000
FONE: (83)3445-1397

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Paulista-PB, 23 de Fevereiro de 2012

Saturnino de Almeida Martins
Saturnino de Almeida Martins
Oficial Substituto





BDN - BRADESCO DIA E NOITE
EXTRATO MESES ANTERIORES CONTA FACIL
TERM : 063914

ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS
AGENCIA 1042 CONTA 0012728-0
18:27 HRS
06/JUL/2020

DATA	HISTORICO	N.DOCTO	VALOR
15/04	SALDO ANTERIOR		0,00
04/05	DOC CRED.AUTOM* 0295955 Railton Oliveira dos Santos		600,00
04/05	TARIFA BANCARIA 0130420 CESTA B.EXPRESSO4		20,70-
	SALDO EM 04/05		579,30
05/05	SAQUE CP AUTOAT 3914283 Ag01042ma063914seq0528305051759		550,00-
	SALDO EM 05/05		29,30
13/05	SAQUE CARTAO CB 1042235 ESPECIE		29,00-
	SALDO EM 13/05		0,30
15/05	TARIFA BANCARIA 0110520 VR.PARCIAL CESTA B.EXPRESSO4		0,30-
	SALDO EM 15/05		0,00

Demonstrativo para simples conferencia.
Sujeito a alteracoes ate o final do dia.
Fone Facil - 4002 0022 / 0800 570 0022.
SAC Alo Bradesco - 0800 7048383.
Deficiencia Auditiva/Fala 0800 722 0099.
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.
Ouvidoria - 0800 7279933 das 08h as 18h,
de segunda a sexta-feira, exceto feriados.
A declaracao de Quitacao Anual de Tarifas PF
esta disponivel no Autoatendimento e Internet.



BDN - BRADESCO DIA E NOITE
EXTRATO CONTA FACIL TERM.063914

ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS
AGENCIA 1042 CONTA 0012728-0
18:25 HRS
06/JUL/2020

DISPONIVEL	
= TOTAL DISPONIVEL	42,90-
+ CONTA FACIL (C/C + POUP)	42,90-
TOTAL DE RECURSOS	42,90-

MOVIMENTACAO - CONTA FACIL - (C/C + POUP)

MAIO/2020			
DIA	HISTORICO	N.DOCTO	VALOR
15	SALDO ANTERIOR		0,00
JULHO/2020			
06	TARIFA BANCARIA 0100620		21,60-
	CESTA EXPRESSO 4 - R		
	TARIFA BANCARIA 0110520		21,30-
	CESTA EXPRESSO 4 - R		
	SALDO TOTAL		42,90-

Demonstrativo para simples conferencia.
Sujeito a alteracoes ate o final do dia.
Fone Facil - 4002 0022 / 0800 570 0022.
SAC Alo Bradesco - 0800 7048383.
Deficiencia Auditiva/Fala 0800 722 0099.
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.
Ouvidoria - 0800 7279933 das 08h as 18h,
de segunda a sexta-feira, exceto feriados.
A declaracao de Quitacao Anual de Tarifas PF
esta disponivel no Autoatendimento e Internet.

Data: 07/07/2020 Hora de Brasilia: 08:45

*** Extrato de Conta Corrente ***

ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS 08:45HR
AGENCIA 1042 CTA 0012728-0 07/JUL/2020

DISPONIVEL 42,90-
= TOTAL DISPONIVEL 42,90-
+ CONTA FACIL (C/C + POUP) 42,90-

TOTAL DE RECURSOS 42,90-

MOVIMENTACAO-CONTA FACIL-(C/C + POUP)

MAIO/2020

DIA HISTORICO N.DOCTO VALOR

13 SALDO ANTERIOR 0,00

JULHO/2020

07 TARIFA BANCARIA 0100620 21,60-

CESTA EXPRESSO 4 - R

TARIFA BANCARIA 0110520 21,30-

CESTA EXPRESSO 4 - R

SALDO TOTAL 42,90-

Alo Bradesco : 1042 - SAO BENIO
Corresp.Banc.: 235 - POSTO SAO JOSE
NSU: 004611172599 Autenticacao: 300683

OUVIDORIA BRADESCO
0800 727 9933



NSU Rede: 769466 Hora Rede: 08:45:15
Terminal: 00003637




Assinado eletronicamente por: JAQUES RAMOS WANDERLEY - 07/07/2020 15:00:19

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070715001627900000030787559

Número do documento: 20070715001627900000030787559

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 088.4.20.00615/01
Nº do Processo: 0800603-27.2020.815.0881	Comarca: Sao Bento	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 07/07/2020
Número da guia: 088.2020.600615 Tipo da Guia: Custas Iniciais			Data de vencimento: 31/07/2020
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 517,80 Promovente: ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS - Taxa Judiciária: R\$ 81,00 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO - Taxa bancária: R\$ 1,35 Valor da causa: R\$ 5.400,00			UFR vigente: R\$ 51,78
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
866900000062 001509283188 520200731088 842000615018 			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 600,15
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 600,15

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 088.4.20.00615/01
Nº do Processo: 0800603-27.2020.815.0881	Comarca: Sao Bento	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 07/07/2020
Número da guia: 088.2020.600615 Tipo de Guia: Custas Iniciais			Data de vencimento: 31/07/2020
Promovente: ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Valor da causa: R\$ 5.400,00			UFR vigente: R\$ 51,78
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 517,80 - Taxa Judiciária: R\$ 81,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 600,15
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 600,15

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 088.4.20.00615/01
Nº do Processo: 0800603-27.2020.815.0881	Comarca: Sao Bento	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 07/07/2020
Número da guia: 088.2020.600615 Tipo de Guia: Custas Iniciais			Data de vencimento: 31/07/2020
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 517,80 Promovente: ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS - Taxa Judiciária: R\$ 81,00 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO - Taxa bancária: R\$ 1,35 Valor da causa: R\$ 5.400,00			UFR vigente: R\$ 51,78
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
866900000062 001509283188 520200731088 842000615018 			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 600,15
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 600,15







TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE SÃO BENTO
Fórum Gov. João Agripino Filho

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[Seguro]

Processo nº 0800603-27.2020.8.15.0881

AUTOR: ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certifico, para os devidos fins, que devidamente intimada a se manifestar nos autos a parte autora apresentou petição id.32124792, assim faço os autos conclusos para apreciação pelo MM. Juiz de Direito.

O referido é verdade. Dou fé.

São Bento-PB, 25 de setembro de 2020.

JAMILLY BELIZA BEZERRA FERNANDES
Técnica Judiciária





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENTO

Fórum "Gov. João Agripino Filho", Rua Praça Álvaro Dias, 65, Centro, São Bento-PB, cep 58.865-000 Tel.: (83) 3444-1225

E-mail: sbe-vuni@tjpb.jus.br

NÚMERO DO PROCESSO: 0800603-27.2020.8.15.0881

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) / ASSUNTO: [Seguro]

PROMOVENTE: ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS

PROMOVIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Vistos.

1. Considerando a comprovação acostada aos autos, **DEFIRO** o pedido de justiça gratuita, sem prejuízo de sua impugnação, na forma do art. 100, do CPC.

2. Desde a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, o réu não mais é citado para oferecer resposta, mas para comparecer à audiência de conciliação ou de mediação (CPC, art. 334).

Todavia, é de conhecimento deste Juízo que a promovida só celebra acordos quando há perícia nos autos, de forma que se afigura desnecessária e mesmo desaconselhável, por se tratar de ato ineficiente (CF, art. 37) e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (CF, art. 5º, inciso LXXVII), a designação exclusiva de audiência de conciliação, quando já se anuncia infrutífera a sua realização.

Nada impede, entretanto, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, e mesmo como fase preliminar da própria audiência de instrução (CPC, art. 359), motivo pelo qual não vislumbro prejuízo às partes.

2.1. Diante do exposto, cite-se a promovida para apresentar resposta, num prazo de 15 (quinze) dias.

2.2. Com a resposta, intime-se a parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 dias.

Expedientes necessários.

Cumpra-se, com atenção.

São Bento/PB, data do protocolo eletrônico.



[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, Lei n. 11.419/2006]

JOSÉ NORMANDO FERNANDES

Juiz de Direito em substituição





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE SÃO BENTO
Fórum Gov. João Agripino Filho
Rua Álvaro Silva, 65, Centro, São Bento-PB
CEP 58.865-000 Tel.: (83) 3444-1225

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[Seguro]

Processo nº 0800603-27.2020.8.15.0881

AUTOR: ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Vara Única, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS, por seu causídico, devidamente INTIMADO(A)(S) da decisão de ID.34749643

São Bento-PB, 26 de outubro de 2020.

JAMILLY BELIZA BEZERRA FERNANDES
Técnica Judiciária





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE SÃO BENTO
Fórum Gov. João Agripino Filho
Praça Álvaro Silva, 65, Centro, São Bento-PB
CEP 58.865-000 Tel.: (83) 3444-1225

EXPEDIENTE DE CITAÇÃO

PROCEDIMENTO
[S e g u r o]

COMUM

CÍVEL (7)

Processo n°
AUTOR: ROBSON OLIVEIRA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

0800603-27.2020.8.15.0881
DOS SANTOS

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do Vara Única de São Bento-PB, fica SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA devidamente **CITADO** para apresentar resposta, num prazo de 15 (quinze) dias.

São Bento-PB, 26 de outubro de 2020.

JAMILLY BELIZA BEZERRA FERNANDES
Técnica Judiciária

